



Time for a Visible Hand: Lessons from the 2008 World Financial Crisis

(A Hora da Mão Visível: Lições da Crise Financeira Mundial de 2008)

Stephany Griffith-Jones, José Antonio Ocampo e Joseph Stiglitz (orgs.)

The Initiative for Policy Dialogue Series – Oxford University Press, 2010
358 págs.

O livro *Time for a Visible Hand* (A Hora da Mão Visível – Lições da Crise Financeira Mundial De 2008), publicado este ano e ainda sem tradução em português, não poderia ser mais atual. Traz um olhar novo e organizado para o caos da crise financeira iniciada em 2008. Sua intenção é discutir a crise no que ela tem de estrutural, ou seja, ressaltar que características intrínsecas ao sistema capitalista em sua forma "financeirizada" levaram ao que todos acompanhamos nos últimos dois anos. De forma mais profunda, pretende questionar o senso comum dominante, hoje aceito de forma geral, que defende o dinamismo e a prontidão dos mercados e aponta a atuação do Estado como "atrasada", "burocrática", "antiga", "ineficiente".

O livro é dividido em quatro partes cujos títulos são autoexplicativos: I. A crise nos Estados Unidos (textos de J.Stiglitz, G.Caprio Jr. e Jan Kregel); II. Reformando a Regulação Financeira (textos de P. Turner, J. D'Arista, S. Griffith-Jones, A.Persaud, C.Goodhart, P. Mehrling e M.Williams); III. Perspectivas para os Países em Desenvolvimento (textos de Y.Akyüz, Y. Reddy, R.Frenkel, M. Rappetti e F. Cardim de Carvalho) e IV. Reformando o Sistema Monetário Global (textos de J.A. Ocampo, B. Greenwald e J.Stiglitz).

Sua maior qualidade está, justamente, na combinação precisa de autores acadêmicos com especialistas do mercado, o que confere ao livro um tom raro de discussão de economia política com base em experiências concretas e conhecimentos adquiridos na ação cotidiana de manejo dos instrumentos financeiros.

Além disso, o enfoque decididamente heterodoxo e de economia política, em um tempo em que a teoria econômica dominante

há muito deixou o terreno das ciências humanas para tornar-se uma ciência mais próxima à física teórica, traz algo de fato novo quando comparado às inúmeras abordagens sobre o tema.

A introdução escrita pelos editores é um gostinho do que está por vir, contextualizando o livro (resultado de um seminário organizado em julho de 2008, pela Initiative for Policy Dialogues da Universidade de Columbia) e dando um rápido panorama do restante da publicação.

Na primeira parte, que trata da crise nos Estados Unidos, o primeiro artigo de Stiglitz destaca os problemas de regulação e informação que possibilitaram a crise: problemas de modelagem econômica, de avaliação de riscos e de comunicação trazem concretude à ideia de que a crise poderia, sim, ter sido evitada. O texto de G. Caprio (“Sub-prime Finance: yes, we are still in Kansas”) destaca a questão da desregulamentação financeira que levou à bolha. O de Kregel recapitula a história da regulação financeira pós-New Deal para discutir a premência da re-regulação necessária. Por último, o segundo texto de Stiglitz levanta possibilidades de resposta à crise no âmbito das políticas fiscal e monetária.

Na segunda, sobre reformas à regulação financeira, são tocados temas essenciais como a questão da liquidez necessária para evitar crises (texto de P. Turner), os critérios necessários à reforma na regulação financeira (texto de J. D'Arista e S. Griffith-Jones), o papel da supervisão bancária e suas falhas em perceber a chegada da crise, o que impediu medidas de prevenção (texto de A. Persaud) e, nos três últimos, questões sobre como deveriam ser a regulação das todas poderosas agências de *rating* (C. Goodhart), a dos mecanismos que permitiram a transmissão em cadeia da crise

(P. Mehling), e por fim, governança do sistema (M. Williams).

A terceira parte do livro foca a perspectiva dos países em desenvolvimento. Discute a vulnerabilidade financeira na Ásia (Y. Akyüz), lições a serem aprendidas pelos países menos desenvolvidos a partir da crise (Y. Reddy); a influência do sistema financeiro internacional sobre as possibilidades; e os obstáculos ao desenvolvimento encontrados por estes países (R. Frenkel e M. Rappetti). E, no último texto, Fernando C. De Carvalho faz uma análise da efetividade limitada da acumulação de reservas (como se faz no Brasil) como estratégia de defesa contra crises, deixando aberta a agenda para outras possibilidades mais adequadas.

A última parte do livro trata de maneira mais ampla da reforma do sistema monetário internacional, em textos de J.A. Ocampo, B. Greenwald e J. Stiglitz. Sem entrar no detalhe dessa discussão, deve-se ressaltar que, mais do que as respostas dadas, o que faz desse livro uma ferramenta de peso para quem quer ir mais a fundo no entendimento dos mecanismos que levaram à crise são o enfoque e os questionamentos ali feitos, que não permitem respostas rápidas e tranquilizadoras. Ao contrário, o que tem de orgânico é o fato de que todos os artigos apontam para a necessidade e para a urgência de reformas substantivas na arquitetura e no funcionamento do sistema financeiro mundial. Caso contrário, afirmam os autores, estamos condenados a viver incessantemente à espera da próxima crise.

Renata Lins

Economista, coordenadora do Ibase